



A ECOLOGIA POLÍTICA DOS TORRONZEIROS NO PARQUE ESTADUAL DO CANTÃO, TOCANTINS

WILDES SOUZA ANDRADE¹; CONCEIÇÃO APARECIDA PREVIERO²

¹Acadêmico do curso de Agronomia no Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP/ULBRA. Voluntário no PROICT do CEULP/ULBRA. E-mail: wildes.andrade@ifto.edu.br

² Bióloga. Doutora em Pós-Colheita de Produtos Agrícolas. Professora e coordenadora da Unitas Agroecológica do CEULP/ULBRA E-mail: previero@ceulp.edu.br

RESUMO

Este trabalho busca compreender a ecologia política dos torronzeiros no Parque Estadual do Cantão - PEC. Ao evidenciar as formas das relações de um povo tradicional com os recursos naturais de onde vive e com os projetos de desenvolvimento do Estado e de iniciativas privadas, procuramos dar destaque ao movimento em torno da identidade dos torronzeiros. Trata-se de uma discussão que contempla as políticas relativas à unidade de conservação ambiental e da expansão do capitalismo global em razão do agronegócio, transformando a região. De modo específico, exploramos a categoria torronzeiro em documentos institucionais de agências ambientais e de desenvolvimento do Estado e em uma ampla revisão bibliográfica sobre povos tradicionais dos biomas brasileiros que se aproximasse ao torronzeiros (por exemplo, os vazanteiros). Ao final, por meio da perspectiva teórica e metodológica da ecologia política, apresentamos uma análise sobre a formação da identidade e da organização política dos torronzeiros.

PALAVRAS-CHAVE: Torronzeiros; Parque Estadual do Cantão, Ecologia Política.

1 INTRODUÇÃO

Com destaque crescente nas últimas décadas, o interesse pelo meio ambiente possibilitou uma maior visibilidade de povos que têm seus modos de vida conectados profundamente à conservação dos recursos naturais onde vivem. Em territórios de ocupação ancestral, esses coletivos têm relação estreita com a fauna e flora local, acumulam conhecimentos e experiências sobre elas e defendem e suas tradições culturais (DIAS, EIDT & UDRY, 2017). Neste trabalho, analisamos o movimento em torno da identidade política de um povo tradicional no Parque Estadual do Cantão: os *torronzeiros*. Para isso, cotejaremos a categoria “torronzeiro” a fim de uma primeira compreensão acerca da identidade desse povo tradicional.

Os recentes processos de territorialização do centro-oeste do Tocantins têm evidenciado os torronzeiros enquanto povo tradicional diante da sociedade mais ampla. Pois, a luta política pelo reconhecimento de seus direitos, demanda a apresentação de suas práticas culturais relacionadas ao meio ambiente perante agências do Estado e da sociedade global.

Certamente, os impactos da expansão do capitalismo por meio do agronegócio e a implementação do Parque Estadual do Cantão (PEC) são dois importantes processos (re)organização social do território, onde operam distintas percepções e ordenamento sobre as relações com o espaço. O PEC, com seus quase 90.000 hectares, foi criado em 1998 pelo estado do Tocantins para conservar um ecossistema singular: a conexão entre os biomas Cerrado e Amazônia.

Atualmente, o Parque está sob responsabilidade da NATURATINS (Instituto Natureza do Tocantins), agência do governo estadual responsável pelo controle e promoção ambiental e a utilização racional dos recursos ambientais. A sede do PEC e o centro de visitantes estão localizados perto da cidade de Caseara – TO, onde foi inaugurado uma estrutura para visitação em junho de 201. O que inclui: um centro de visitantes com multimídias, amplo circuito de mais de 18 km de trilhas pela floresta, incluindo trilhas para caminhadas e canoagem. Isto é, além da conversação ambiental, o parque está voltado para o ecoturismo (TOCANTINS, 2001; 2016).

No entanto, obviamente, bem antes da criação do Parque a comunidade tradicional denominada *torrãozeiros* ou *torronzeiros* já residia no território, desenvolvendo suas atividades de subsistência na área que posteriormente foi transformada em Unidade de Conservação. Vivendo no Cantão há séculos, os torrãozeiros exercem a agricultura familiar, a pecuária extensiva e o extrativismo (TOCANTINS, 2001; 2016).

A perspectiva teórica e metodológica da ecologia política (LITTLE, 2006), adotada nesta pesquisa, trata das relações entre população, desenvolvimento e o meio ambiente, com ênfase na controvérsia das sustentabilidades e do poder político que as envolvem. Esta abordagem está sendo propícia no sentido de compreendermos a identidade de tipo específico de agricultor, o torronzeiro.

O antropólogo Eric Wolf, em 1972, cunhou a ideia de ecologia política, ampliando o campo de estudo científico das relações entre humanos e o meio ambiente. A ecologia política, assim como a ecologia de modo geral, propõe uma nova forma de relação do ser humano com a natureza, o desenvolvimento dessa ideia tem forte vinculação com os movimentos sociais e com agências internacionais, com o discurso do meio ambiente que se consolida na segunda metade do século XX. Portanto, de um domínio também das relações de poder. Ainda que ecologia política trata-se de um campo científico oriundo da geografia, atualmente, as ciências sociais e a agroecologia tem contribuído enormemente para compreensão das relações de poder no que diz respeito à intervenção humana no meio ambiente (LITTLE, 2006).

A compreensão, mesmo que preliminar, da ecologia política dos torronzeiros tem sido possível a partir da análise dos programas territoriais e de manejo dos recursos na região. Por sua vez, esses podem ser organizados em três dimensões com tendências conflitivas entre si: a dimensão da diversidade sociocultural tradicional, a dimensão ambientalista (conservacionista) e a dimensão econômica capitalista.

Nos estudo da ecologia política e dos processos de territorialização, o entendimento dos conflitos socioambientais devem partir da análise intensiva de casos sócio históricos ((LITTLE, 2006). Mesmo que parcialmente, esta pesquisa, buscou elucidar as disputas nas dimensões citadas e as identidades dos atores sociais envolvidos. Mostramos que estes estão conectados entre si por modos particulares de interdependência, pautados em uma dinâmica de continuidades e rupturas que resultam em processos de territorialização. Esses processos explicitam as transformações nos modos de apropriação e usos do território e seus recursos naturais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Inicialmente, a pesquisa buscava compreender os torronzeiros por meio deles próprios, suas vozes sobre sua cultura e a história na terra em que vivem. No entanto, em razão da pandemia, não foi possível a viagem de trabalho de campo no PEC. De modo que os materiais analisados neste trabalho foram: os documentos institucionais sobre o PEC e a pesquisa bibliográfica sobre: os povos tradicionais em condições semelhantes aos torronzeiros e a ecologia política.

Uma das principais mudanças recentes no paradigma ecológico e, também nas ciências agrárias, é a construção de sínteses transdisciplinares entre as ciências sociais e naturais. Isto é, trata-se de uma proposta epistemológica ampla e simétrica envolvendo ciência e conhecimentos populares (LITTLE, 2006). Essas transformações permitiram à antropologia um novo campo de pesquisa, junto às ciências da natureza, denominado pelo antropólogo Paul Elliot Little (2006) de “ecologia política”.

Após a delimitação escopo da pesquisa, focamos na revisão do tema da ecologia política, isto é, uma ecologia preocupada com as inter-relações que as sociedades humanas estabelecem com seus respectivos ambientes biofísicos (LITTLE, 2006). Relacionando conceitos das ciências sociais que analisam as relações estruturais de poder entre essas sociedades passamos a entender o cenário em que os torronzeiros constituem-se como povos tradicionais. Para compreensão da “ecologia humana” na comunidade consideremos no mínimo três dimensões: as tradições culturais, as demandas ambientalistas e a pressão capitalista envolvente. Além, claro, de toda relação com a natureza, que perpassa todas essas dimensões.

Nesse sentido, esta pesquisa buscou abordar temas, aparentemente restritos às ciências agrárias, com instrumentos teóricos das ciências sociais. Com isso, nessa primeira etapa da pesquisa, nos debruçamos em documentos importantes do ponto de vista do reconhecimento e planejamento do PEC e, conseqüentemente, de seus agricultores tradicionais. Nesse sentido, o *Plano de Manejo do Parque Estadual do Cantão* (TOCANTINS, 2001; 2016) foi essencial para obter dados sistematizados sobre as áreas de torrões, suas ameaças, bem um levantamento sistemático sobre o modelo de desenvolvimento proposto ao PEC, a caracterização da região e as pessoas e organizações envolvidas. Além desse material e da revisão da literatura, utilizamos o acervo fotográfico (de 2014) da professora orientadora da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O termo *torronzeiro* (ou mesmo *torrãozeiros*) vem da palavra “torrão”, isto é, a faixa de terra formada às margens dos lagos (faixas enlameadas que vão ressacando e compactando o solo), conforme *Figura 1*. Ou mesmo, uma parte do solo compactada. A prática agrícola nesse tipo de solo requer técnicas, conhecimentos e cuidado especial por parte do agricultor. Em um período do ano o Cantão assemelha-se às paisagens pantanal, com as constantes chuvas a região é alagada, formando dezenas de grandes lagos. No período da seca, emerge parcelas significativas do solo, que passam a ser cultivados pelos torronzeiros (*Figura 2*).

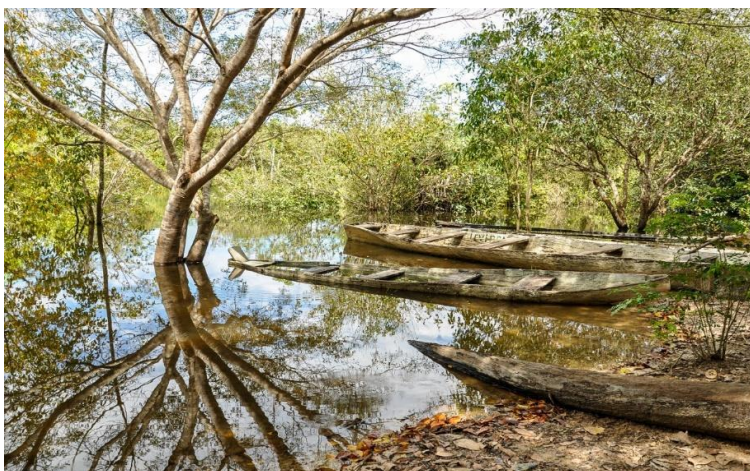


Figura 1: Área de torrões parcialmente alagada no PEC. Autora da foto: Conceição Previero, 2014.

Talvez, dentre os povos tradicionais do Cerrado, os vazanteiros são os que mais se aproximam do modo de vida dos torronzeiros. Portanto, para o desenvolvimento da proposta de pesquisa, consideraremos a bibliografia acadêmica existente sobre os vazanteiros. Pois, até o momento, não identificamos nenhum trabalho científico sobre os torronzeiros. Certamente, a literatura sobre os vazanteiros (ANAY, 2014) nos forneceu elementos para formularmos perguntas pertinentes acerca dos torronzeiros. Os torronzeiros são similares aos vazanteiros, no entanto, estes últimos praticam a agricultura nas faixas e ilhas aos longos dos rios e não lagos. Nesse sentido, torronzeiros se diferenciam dos vazanteiros.



Figura 2: Cultivo de hortaliças dos torronzeiros. Autora da foto: Conceição Previero, 2014.

De acordo com o *Plano de Manejo do Parque Estadual do Cantão* (TOCANTINS, 2016), os terrenos mais elevados do PEC, denominados localmente de "torrões", encontram-se nos diques marginais de rios e em áreas onde há muita deposição de sedimentos. Raramente os torrões são atingidos pelas cheias dos rios. A maior parte dos torrões no curso do rio Araguaia consistem de roças antigas, em estágios diversos de sucessão. “Nas proximidades da cidade de Caseara não existem torrões em bom estado de conservação. De fato, nesse setor do PEC, pode-se afirmar que as matas de torrão são a comunidade natural mais ameaçada” (idem, p. 30).

No âmbito das ciências agrárias, bem como dos saberes agrícolas ancestrais, o destorroamento é uma prática de preparo da terra conhecida e aplicada a diferentes solos, trata-se da desestruturação da terra. Isto é, a quebra de possíveis torrões presentes, o que facilita a deposição das sementes no momento do plantio, bem como o desenvolvimento das plantas.

Nesse sentido, como tema já estabelecido na agronomia, esta pesquisa também é importante no que tange a ampliação do conhecimento agrícola frente à diversidade cultural. Podemos dizer que se trata de um importante instrumento para se trabalhar o uso de recursos naturais como mecanismos preservação e prática de salvaguarda de bens culturais e imateriais (no caso, as técnicas agrícolas dos torronzeiros) associados à agrobiodiversidade.

Os direitos dos torronzeiros, enquanto povos tradicionais, e de seus territórios são reconhecidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto no 6.040, de 2007 e pela Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

A primeira tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. A segunda Lei é um conjunto de diretrizes e procedimentos que buscam garantir a preservação da diversidade biológica, promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais e fazer a proteção das comunidades tradicionais, seus conhecimentos e cultura.

Diversos povos e comunidades tradicionais que vivem em diferentes biomas preservam seus conhecimentos e práticas ancestrais em relação à agricultura e demais dimensões da vida social. A cultura e história de povos como indígenas, quilombolas, vazanteiros, veredeiros, caatingueiros, quebradeiras de Coco de Babaçu, pequizeiras, extrativistas, geraizeiros, pescadores, ribeirinhos, e torronzeiros são completamente desconhecidas da maioria das pessoas no Brasil (DIAS, EIDT & UDRY, 2017).

No entanto, essas são culturas ricas, que conservam as principais características de suas ancestralidades, mesmo com constante e intenso contato com a sociedade moderna e capitalista. Além da dimensão produtiva, é importante destacar que esses povos configuram identidades sociais e políticas específicas auto reconhecendo como comunidades tradicionais e, portanto, detentora de direitos culturais e ambientais em conquista.

Os conhecimentos tradicionais desses povos estão profundamente relacionados à terra em que vivem, respeitando a natureza e conservando a agrobiodiversidade da Amazônia e do Cerrado. Geralmente, esses aspectos são desconsiderados por setores da sociedade capitalista,

enquanto que, os povos tradicionais constituem modelo de relação humana menos destrutiva e em consonância com a natureza (DIAS, EIDT & UDRY, 2017).

4 CONCLUSÃO

A perspectiva teórico e metodológica da ecologia política nos possibilitou uma compreensão sobre a formação da identidade e da organização política dos torronzeiros no PEC. Ao final do projeto do PROICT, além dos conhecimentos sistematizados, destacamos sua importância na consolidação de uma agenda ampla de pesquisa colaborativa com a comunidade em questão e outras instituições.

Uma maior projeção do movimento dos torronzeiros pode contribuir no estabelecimento de alianças sociais oportunas a fim de vislumbrar o pleno acesso e manejo dos recursos naturais e do território. Os torronzeiros por meio de sua organização política, composto por diferentes famílias da localidade, constitui um povo tradicional na transição da Amazônia entre Cerrado, ativos na conservação dos recursos naturais de onde vivem e da manutenção de suas práticas culturais.

Esperamos que a ecologia política dos torronzeiros, assim como a de outros povos tradicionais, ganhe mais espaço como alternativa sólida no nosso contexto de crise ecológica. O manejo ambiental promovido pelos torronzeiros, além de um ser uma prática, propicia uma consciência e educação a favor das plantas e animais, contra à lógica de exploração capitalista e degradação ambiental. Para os torronzeiros, a natureza não é apenas um recurso, mas, sobretudo, um patrimônio que diz respeito a sua cultura.

Além de procurar projetar os torronzeiros no cenário acadêmico procuramos demonstrar a pertinência da pesquisa sobre a relação entre diversidade cultural e agrobiodiversidade, endossando a importância de estudos e ações direcionados para a valorização da biodiversidade mediante reconhecimento e valorização da diversidade cultural.

5 AGRADECIMENTOS

Este projeto é apoiado pelo Programa de Iniciação Científica e Tecnológica - PROICT - do CEULP/ULBRA.

6 REFERÊNCIAS

- ANAYA, Felisa Cançado. Vazanteiros em movimentos: o processo de ambientalização de suas lutas territoriais no contexto das políticas de modernização ecológica. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 4041-4050, Oct. 2014.
- DIAS, Terezinha; EIDT, Jane Simoni; UDRY, Consolacion. *Diálogos de saberes: relatos da Embrapa*. Coleção Povos e Comunidades Tradicionais Volume 2. Editoras Técnicas. – Brasília, DF: Embrapa, 2017.
- LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 12, n. 25, pág. 85-103, junho de 2006.
- TOCANTINS, Governo do Estado do. *Plano de Manejo Parque Estadual do Cantão*. Projeto TC-97-01-443 Planificação para a Conservação na Região do Cantão no Tocantins. Banco Interamericano de Desenvolvimento e Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente, Caseara – TO, Jan 2001.
- TOCANTINS, Governo do Estado do. *Plano de Manejo do Parque Estadual do Cantão: Revisão*. Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. Governo do Estado do Tocantins, Palmas, TO, 2016.